

Pauta: Quatro meses da Central de Intérpretes em Porto Alegre, como está a adaptação do setor da Saúde a este novo direito da comunidade surda

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Convido para compor a Mesa o Sr. Diego Silva da Silva, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, a Feneis, seja bem-vindo; Alessandra Goulart, da Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais – AGILS; Deivid Otávio, da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, seja bem-vindo; William Cabral Tempel, diretor de acessibilidade e inclusão social; foi convidado também o gabinete do prefeito, tem alguém representando? A Procuradoria-Geral do Município; Georgia Volkmer, Secretária Municipal da Saúde; Vânia, da Diretoria de Atenção Primária; e assessoria de comunicação da Secretária Municipal de Saúde. Convido o Ver. Alvoní Medina para também compor a mesa. Eu que sugeri essa pauta para a Feneis fazer uma prestação de contas, depois da criação, então, da Central de Libras. Essa é uma luta bastante árdua, principalmente da Sociedade dos Surdos, há muitos anos. E nós entramos nessa briga aí desde o governo Marchezan. Então a pauta é: quatro meses da Central de Intérpretes em Porto Alegre, como está a adaptação do setor da saúde a esse novo direito da comunidade surda. Inclusive, teve alguns problemas – depois, eu acho que o Diego pode explicar melhor – no atendimento, principalmente na saúde, teve um problema lá no Postão da Cruzeiro, eu acho que deu até polícia, porque o pessoal da saúde, Ver.^a Mônica, não está preparado, não sabia da Central de Intérprete, enfim. Depois disso, nós sentamos com a Secretária da Saúde para afinar. E a Secretária da Saúde ficou de fazer uma reunião para preparar todos os agentes de saúde, para todos ficarem sabendo que existe a Central de Intérpretes, diga-se de passagem – não é, William? –, está funcionando muito bem. O William está lutando para a criação da central desde 2021, dentro do governo aí, então, graças a Deus, aconteceu. Dia 26 de setembro celebramos o Dia Nacional do Surto e também a Semana do Surto, de 20 a 26 de setembro, criada através de uma lei de minha autoria. Então hoje é lei em Porto Alegre a Semana do Surdo, de 20 a 26 de setembro. Há quatro

meses então a criação da CIL, que prestou 764 atendimentos, 800 tiveram acesso digno aos serviços públicos, algo que antes não era oferecido. Inclusive eu protocolei uma lei aqui, Diego, que tem relação com um caso que a esposa dele viveu na pele, que é ir ganhar o nenê e não deixarem entrar o intérprete. Diante disso, eu protocolei aqui, está tramitando, um projeto que assegura à gestante com deficiência auditiva o direito de ser acompanhada por intérprete de língua brasileira de sinais nas consultas de pré-natal e de puerpério em unidades básicas de saúde, nas unidades de pronto atendimento, bem como durante o parto e nas internações relacionadas à gravidez em todas as instituições de saúde atendidas no Sistema Único de Saúde. Está protocolado, está tramitando para facilitar a vida das mulheres surdas grávidas. E outra proposição de minha autoria que também está tramitando assegura o atendimento de pessoas com deficiência auditiva por tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais nas instituições financeiras privadas localizadas o Município de Porto Alegre que não estejam sob gestão administrativa do Executivo Municipal, no sentido de facilitar também a vida de todas pessoas com deficiência auditiva. Estão conosco aqui, então, os colegas Ver. Oliboni, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Mônica; o Ver. Alvoní Medina não é da comissão, mas está conosco aqui porque ele é Presidente da Frente Parlamentar para Pessoas com Deficiência, e está junto conosco também nessa luta pelas pessoas com deficiência. Algum vereador gostaria de se manifestar? Por enquanto não. De imediato, então, passo a palavra ao William, da SMDS.

SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL: Bom dia a todos. Quero cumprimentar, primeiramente, a Mesa, os membros da COSMAM, representados pelos vereadores José Freitas, Oliboni, Lourdes, Mônica Leal e Alvoní Medina. Eu lembro, em 2021, para mim era tudo muito novo ali, eu tinha entrado em 2020, e assumi com diretor de acessibilidade ali na SMDS, e eu comecei a rever todos os projetos que havia com datas anteriores, ainda do governo Marchezan. Comecei a desenterrar alguns projetos e, dentre eles, estava lá Central de Libras. Era um projeto grande, bem robusto e com parecer negativo da PGM, que fez um apontamento, o qual eu refutei, que eu bati de forma combativa. E

eram coisas muito simples. E aí a gente entende que, na administração pública, muitas coisas são destravadas com o diálogo, e quando a gente deixa a burocracia tomar conta, a gente fica engessado. Nesse apontamento da Central de Libras dizia que o Município já tinha uma central de Libras, só que a natureza desse projeto era diversa da natureza do que já havia no Município. Porque o Município, hoje, tem um registro de preços que é a Central de Intérprete de Libras para eventos e para a comunicação da Prefeitura, mas não para o atendimento de ponta lá, como era previsto. Aí, nós fomos convocados para uma reunião, a pedido do Ver. Freitas, e nessa reunião eu comecei a entender que a necessidade e a urgência da Central de Intérpretes de Libras para atendimento ao público eram diferentes daquelas do registro de preços, e que o entendimento daquele que estava sentado no gabinete da PGM não era o mesmo daquele que está na ponta precisando do atendimento. E, nessa simples defesa, foi onde nós conseguimos ter abertura para dar início ao projeto; o secretário topou, o prefeito topou, e foi graças a essa reunião provocada pelo vereador, em 2021, junto com a Feneis, com o depoimento de Diego aqui na tribuna, na Câmara, que eu pude presenciar, ainda de forma virtual, foi o que nos tocou. E eu promovi dentro da equipe que nós tínhamos que tocar isso como projeto prioritário. Gente, quando eu falo projeto prioritário, a gente tem ideia de que é uma coisa que custa muito para o Município, e não. Dentre todos os projetos que eu tenho lá na Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão Social – CAIS, este é o mais barato e de impacto mais importante e de resultado para a comunidade surda, em resumo, para a pessoa com deficiência. Então, eu quero mostrar aqui que nós não precisamos fazer coisas grandiosas dentro do Município, provocados pela Câmara, que é onde demanda a necessidade do povo. Nós podemos fazer coisas simples com grande impacto, e é com este orçamento que eu tenho hoje, fazendo uma baita entrega para a comunidade surda, que eu estou visando a um projeto de continuidade, e isso a administração comprou, o prefeito comprou, o secretário está junto para que a gente dê um caráter de continuidade a isso. É lei municipal, é lei de autoria do vereador, nós vamos ter que atender; a comunidade surda, há muito tempo, precisava desse atendimento. É angustiante

isso, quando eu vi o depoimento do Diego, é angustiante realmente, lá no atendimento tu não consegues te comunicar, principalmente quando a gente fala de saúde, que foi a grande provocação. Então, nesse ponto, eu quero deixar claro aqui, eu tenho recebido, e eu quero até fazer um pacto aqui com os vereadores, que eu tenho recebido os projetos de lei lá na diretoria de acessibilidade, e nós não demos óbice para nenhum – nenhum. No que depender do nosso parecer técnico, recebi do Ver. Oliboni lá – não é, vereador? –, tenho recebido do Ver. Alvoni Medina, do Freitas, todos os projetos de lei que forem a favor da pessoa com deficiência não vão ter nenhum óbice técnico. Muita gente coloca a questão do orçamento, pela inconstitucionalidade; da nossa direção não vai ter um apontamento nesse sentido, porque é em defesa da pessoa com deficiência. Aqui então eu faço essa provocação aos vereadores para que nos enviem, e esse parecer técnico vai ser sempre positivo e parceiro em prol das pessoas com deficiência. É isso aí.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, William. Registro a presença da Ver.^a Cláudia Araújo. A Sra. Georgia Volkmer, da Secretaria Municipal da Saúde, está com a palavra.

SRA. GEORGIA VOLKMER: Bom dia a todos, eu trouxe uma apresentação.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. GEORGIA VOLKMER: Eu sou assistente social, eu estou responsável pela área técnica da saúde da pessoa com deficiência – aí já deixei meus contatos. Então, vou começar pelos números... até agora, de manhã, o início da manhã, eu tinha só dos primeiros 60 dias, e aí eu atualizei agora. Então, nos primeiros 90 dias de atendimento na saúde, foram 88 atendimentos pela Central de Libras.

Só para terem uma ideia mais ou menos, mas esse aí era o quadro antigo, depois eu acho que o Diego vai poder falar melhor sobre exatamente os locais que foram, que aumentaram bastante.

Aí para ter ideia da porcentagem, que realmente a saúde é o que mais faz o atendimento de todas as outras áreas.

Aí aqui, em relação a desde que começou a Central de Libras, eu preparei o material, porque nós tínhamos que divulgar isso, a gente sabe que a Prefeitura fez uma divulgação, eu coloquei para ilustrar os vídeos que a própria Prefeitura fez. Eu fiz uma apresentação, inclusive para que as unidades de saúde tomassem conhecimento. Depois da reunião e do ocorrido lá nas emergências, no PACS, inclusive, a gente percebeu que tinha que ampliar, porque, embora a minha área técnica esteja voltada para as unidades de saúde, Atenção Primária, a gente entende que, dentro do organograma da Secretaria, a pessoa com deficiência vai para todas: para as emergências e para as especializadas também. Então, eu já comecei a fazer esse movimento.

Isso fez parte de uma apresentação que eu fiz para todos os gerentes de unidades de saúde. Fiz inclusive umas orientações, um passo a passo, porque não basta só colocar o QR Code ou divulgar simplesmente o número de telefones, tem que dizer para as unidades como fazer, de que forma isso tem que se dar. Lembrando ainda que muitas unidades de saúde estão agora na questão da parcerização e terceirização. Então, as unidades internas eram muito mais fáceis, a gente tem que conversar com todas as coordenadorias de saúde: Norte, Sul, Leste e Oeste para essa ampla divulgação e dizer como é que funciona. Então, teoricamente, todas as unidades de saúde têm um celular institucional; caso não o tenham, a gente já conversou, porque, nesse caso, tem um espaço, uma estação de trabalho habilitada com *webcam* e caixa de som para que possa ocorrer essa tradução.

Como modelo, esta é a ficha de avaliação que eu também repassei para todos, porque, no final de cada atendimento, e, embora a Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – tenha o controle deles, a Prefeitura tem que ter o nosso, inclusive para comprovar. Então, é uma ficha que ainda estamos

vendo o formato, mas inicialmente vai ser como era antigamente: assinatura, e, no final do mês, as unidades de saúde irão repassar diretamente para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Para ilustrar, eu coloquei o que passou nas redes da Prefeitura, tanto no Instagram quanto na própria página – fora o nosso jornalzinho interno para servidores, que também foi toda uma matéria explicando passo a passo. Para vocês verem que eu estive aqui na Câmara para falar com todos os 132 gerentes no total. Eu conversei e expliquei para mais de 150 pessoas, e assim eu estou divulgando, para que não ocorra mais. Eu falei para todos os gerentes de saúde mental CAPS, EESCAAs, ESMAs e para a farmácia. Para o pessoal da farmácia, eu orientei diretamente o coordenador Leonel, e ele já fez essa divulgação. Aí estão os videozinhos, tanto o do institucional quanto o que a gente fez, uma encenação para demonstrar para o pessoal das unidades de saúde como é que seria esse atendimento.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. GEORGIA VOLKMER: A gente fez esse vídeo para ficar realmente bem didático para o pessoal, pois eles ficam muito ansiosos em saber como isso vai acontecer na prática. Isso aí, eu fiz para ficar bem claro para o pessoal saber que nas unidades de saúde ou nas emergências, quando for, e se necessário, presencial, para eles saberem como é que vai ser esse crachá, no crachá tem o logo da Prefeitura... Para eles poderem... Precisa ter essa identificação. Isso foi em virtude do ocorrido, porque a gente também não tinha se dado conta de que tem também o atendimento presencial, que ocorre ou pode ocorrer. Foi uma nota técnica, que essa eu ainda não divulguei para todas, mas eu comecei a escrever, porque ela tem que passar por todos, então, assim, para as unidades de saúde já tinha aquele passo a passo que eu fiz, mas sentimos a necessidade de ampliar e conversar ainda mais sobre as questões de emergência. Principalmente emergência, porque ela tem as suas particularidades, para que não ocorra o que aconteceu da última vez. Porque tem como fazer, eu pedi, mas não está

terminado ainda todo o processo, porque a gente tem que pensar em como deixar claro já num primeiro atendimento, ainda mais, por exemplo, se for uma instituição psiquiátrica, que normalmente nas primeiras 48 horas, 72 horas a pessoa fica em isolamento e não pode ter acesso nem a familiar, nem a celular. Então, deixar claro como isso pode acontecer, mas que isso faz parte da emergência. Mas como fazer? E é sobre esse “como” que eu estou sentando e conversando com a área técnica das emergências para deixar claro, e a gente ver como fazer um passo a passo, pela nota técnica, como deixar isso bem claro para que não ocorra mais não atendimentos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Aproveitando aqui a explanação da Geórgia, eu queria que tu repetisses o procedimento. O cidadão chega no guichê, e a pessoa que está no guichê não sabe interpretar. Como é que funciona? Ele liga para a central? A central opera a visibilidade via celular? Porque me parece que ficou um pouquinho de dúvida sobre como o servidor interage com a central de libras para poder disponibilizar um outro servidor.

SRA. GEORGIA VOLKMER: Então, a preferência nas unidades de saúde é que o servidor faça essa chamada. O que ocorre é que muitas vezes a pessoa surda já chega com seu celular, e a orientação que foi repassada é que assim: ok, tudo bem, se ele já chegar com seu celular e estiver disposto a... Tudo bem, segue-se através do celular da pessoa surda, mas a orientação é que caso não tenha, porque muitas vezes, a pessoa ou não tem um celular adequado, ou não tem internet, ou não pega, ou não tem dados suficientes, então que se use o celular institucional. Não tendo celular institucional, eu solicitei também, estava naquele passo a passo, que o gerente, através do WhatsApp, porque a via inicial é o WhatsApp, solicitasse para intérprete de Libras, do outro lado, que passasse um outro formato. Ou seja, vão combinar uma outra plataforma para que se consiga fazer, via estação de trabalho, porque, em todas as unidades, isso, sim, nós temos webcam e caixa de som, porque sempre há capacitações da parte médica,

e hoje em dia há até os teleatendimentos em medicina, então, tem que ter. Em princípio, vai ser dessa forma.

Lembrando, claro, que esse projeto, assim como eu converso bastante com a SMS, ele é um projeto-piloto, e a gente entende que ainda há muitas falhas, que ainda há adaptações. A gente está comemorando os primeiros 90 dias, e a gente entende, inclusive, a gente conversa muito com William, porque a gente já pensa no futuro, quem sabe, porque as emergências, por exemplo, elas são 24h, e como funcionaria isso, de que forma? Então a gente tem que sentar, porque não só no discurso, mas, às vezes, na parte contratual, a forma também tem que ser muito bem pensada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Geórgia. Eu quero frisar aqui, Diego, é a atenção que está dando, para nós, em geral, e principalmente para a sociedade e surdos, é a Secretaria de Saúde, através da Geórgia. Quando deu o ocorrido lá no PACS, nós visitamos a Vânia, então um agradecimento à Vânia, depois disso, William, ela fez todo esse movimento para instruir os servidores em relação a isso. E é e é novidade agora para mim a criação até do crachá para os surdos. Ah, do intérprete, mas o surdo chega lá. O crachá do intérprete presencial. O ideal seria presencial, essa era a luta inicial, mas, enfim, a gente vai com o tempo ajeitando as melancias.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, comissão, presidente, colegas, todos os nossos convidados aqui presentes, comunidade. É um tema que para nós é muito importante, porque a gente fala tanto em acessibilidade e inclusão, e aí a gente, quando vê que, realmente, as nossas secretarias estão trabalhando para isso, como disse a Geórgia, eu acho que é o início, é a ponta do iceberg, mas é o começo. Fiquei meio preocupada, agora tu meio que respondeste, com relação se eu não tenho um celular. Então é muito importante, quando a gente fala de acessibilidade, ter acesso realmente a todas as pontas. Se eu não tenho condições, sou uma pessoa em vulnerabilidade, mas eu tenho

problema, algum tipo de deficiência, como eu faço para acessar se eu não tiver um celular? Então, isso é bem importante a gente trabalhar a questão presencial das ações.

Eu fui coordenadora do Sine por alguns meses, que é do Estado, e o Sine trabalha muito a questão da inclusão, principalmente é na questão de trabalho. Aqui a gente está falando na questão de saúde, mas a gente também precisa trazer, e isso é muito importante, a questão do acesso ao trabalho. Eu não sei como está hoje no Sine municipal, e eu acho que não tem nenhum representante aqui, mas seria interessante também a gente saber como é que isso funciona no Município a questão do acesso às pessoas surdas e às pessoas cegas e às pessoas com outros tipos de deficiência, para fazer esse acolhimento, para que essas pessoas tenham realmente acesso ao emprego, porque, hoje, as grandes empresas têm que contratar pessoas em PCD. Como é que isso funciona também? Isso é importante a gente deixar aqui meio que no ar, para a gente depois, numa próxima reunião, poder também trabalhar isso.

Cumprimentar o Ver. Alvoni, que tem a Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, seja bem-vindo à nossa comissão. E é isso, inicialmente eu queria entender melhor essa questão do acesso presencial, se a gente tem condições – e acho que sim – de evoluir cada vez mais para realmente ter a inclusão que a gente tanto deseja.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Só para esclarecer, o Sine foi quem mais atendeu dentro desses 90 dias, teve 90 atendimentos. A Sra. Alessandra está com a palavra.

SRA. ALESSANDRA ROSA GOULART: Eu estou representando a AGILS. Eu entendo que o nosso foco aqui é falar principalmente da comunidade surda, o atendimento do sujeito surdo na área da saúde, só que a AGILS é a Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais, então, quem eu sou? Eu sou intérprete, eu sou a ferramenta utilizada para fazer essa mediação da

comunicação. Então, eu não tenho como estar aqui e não apresentar essa sociedade, essa associação, e apresentar quem somos nós como categoria.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. ALESSANDRA ROSA GOULART: A AGILS é uma associação aqui do sul, tem mais de 15 anos, e tem toda uma diretoria e entidades representativas. Por que eu quero trazer essas entidades representativas? Porque quando a gente fala da categoria desse profissional, que há sempre muita dúvida sobre quem é esse profissional, eu quero que vocês entendam que estamos apoiados por instituições e associações que vem de questões... Associação mundial, a gente tem uma federação, aqui a gente está falando da Associação Gaúcha, mas a gente associações em todo o território nacional. A gente tem junto também, por exemplo, a Federação Mundial dos Surdos nos apoiando; a gente tem a Federação Nacional, que é a Feneis, e aqui representando a do Rio Grande do Sul, o Diego; a sociedade dos surdos, hoje aqui representando o Deivid. Então, é uma comunidade que se fala bastante, se interliga. Todos nós, não é só a associação, não é só a AGILS, todos nós estamos aqui em defesa desses direitos.

Aqui vou falar de leis. Eu sei que todo mundo aqui está cansado de saber de todas as leis que têm, e se não sabem, tem aqui para pesquisa. A gente tem a Lei de Libras, a gente tem o decreto, a gente tem a LBI. Estou chovendo no molhado, todo mundo sabe disso, só que não tem como não falar das leis, das leis que têm principalmente sobre Libras, sobre acessibilidade, sobre o direito dessa pessoa surda, sem pensar que esse direito está inserido na dinâmica desse profissional, e eu estou aqui, então, para falar para vocês quem é esse profissional; tem também a lei do profissional, que dá essa legislação para o profissional trabalhar. “Tá Alessandra, então a gente está falando de saúde, da acessibilidade do sujeito surdo e do intérprete.” Daí também a gente traz a questão de ter a CIL; tem lei que dá essa permissão de estar nesses espaços da área da saúde, nesse caso especificamente, em todos os casos tipo na

educação, no trabalho, que nos permite poder fazer essa tradução. A gente tem código de ética, a gente tem algo que nos conduza profissionalmente, porque daí bate aquela dúvida: Tem a CIL... Pouco é falado sobre o profissional, porque quando a gente esbarra em alguns problemas na área da saúde, fica a questão: “Quem é esse sujeito?” Permeia muito o entendimento que esse profissional intérprete é um assistencialista, é alguém que ajuda, alguém que apoia, e não funciona mais assim, e é isso que eu queria muito trazer para vocês; nós, profissionais da área, intérprete de Libras, passamos por uma formação, com capacitação continuada, especializações, em vários eixos, principalmente também na área da saúde, onde a gente está capacitado para poder então permear essa área, por questões muito específicas também, seja na psiquiatria, por exemplo, há regras, a gente entende que há regra, a gente não está para quebrar as regras da área da saúde, de como o médico conduz esse processo, mas a gente tem que entender que, se a gente está falando de atendimento humanizado, de saúde acessível, comunicação para todos, não têm como não interligar esse profissional que faz essa dinâmica. Quem é esse profissional? É um profissional qualificado, que quer entrar... Ninguém está falando que ele não quer entrar dentro das regras dessa área, entretanto ele está ali para fazer a intermediação da área da saúde. Se fosse o Diego, vou roubar uma fala aí do Diego, que ele trouxe numa das reuniões: ninguém estaria questionando se fosse uma pessoa estrangeira, se fosse um estrangeiro, se fosse um profissional. Eu sempre gosto de trazer um exemplo de uma colega que aprendeu inglês, é intérprete de inglês, e em qualquer espaço que ela vai, quando ela vai fazer essa tradução, ela não é questionada em nenhum momento, em nenhum momento, quando ela vai fazer tradução, seja escrita ou oral. Ela tem uma cabine específica, muito linda, para fazer as traduções orais dela; ela por ter facilidade com a língua, quis também ser intérprete de Libras, acha muito engraçado porque ela não consegue, não existe um respeito, quanto a esse profissional. Ela foi fazer uma tradução numa área artística, só precisava de uma luz e uma posição, não deram a ela. Bom, aí vou falar da saúde gente; vamos falar sobre perícia – não a deixam entrar numa perícia. Sei que a gente está falando do

Centro de Interpretação de Libras – CIL, mas a gente tem que chegar nessas questões de perícia. Não deixam, por exemplo, ela como intérprete de Libras, entrar para fazer a tradução numa perícia, e ela está qualificada. A gente tem que entender que esse profissional está aqui para quebrar ciclos também; como intérprete de algumas coisas que a gente passa, assim, principalmente pelo CIL é uma coisa incrível. A gente é a ferramenta para dar autonomia para esse sujeito surdo, e uma peculiaridade que eu acho, que, sim, tem que passar informação, acho que a Geórgia está fazendo isso, que todo mundo está fazendo isso; entretanto, essas capacitações para esse pessoal da saúde tem que ser constante, até porque sujeito surdo chega lá, e a gente tem esse acesso, tudo bem, ele traz o intérprete; a gente tem o CIL, só que são marcados exames, e aí esse exame tem que marcar de que jeito? Muitas vezes eles pedem para ligar; o surdo não tem como ligar; daí eles pedem, então tá, tem que ir lá marcar; daí como é que dá o seguimento para isso. Aí a fala sempre é: “Chama um familiar.” Mas e a autonomia desse sujeito, como é que está isso? Chama o familiar; bom, alguns estão condicionados, daí vão lá e chamam um familiar. Só que daqui a pouco a gente pega aquele mesmo sujeito que por muitas vezes não está bem de saúde, e está com um familiar que já é uma senhora; como é que a gente quebra, dá essa autonomia para esse sujeito, se nessa mesma área que diz que ele tem que ter autonomia, continua chamando o familiar. Então, são algumas reflexões que a gente tem que ter, entre entender como a gente está comprometido, e o que é estar realmente envolvido. Então agradeço. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigada, Alessandra. Acho foi importante a fala da Alessandra porque sem o intérprete não existe a central, acho que foi muito importante, até para a gente valorizar; são poucos que se coloca à disposição, temos poucos intérpretes na verdade, até porque é muito difícil o curso, é difícilíssimo. Eu gostaria de aprender, mas não sei se tenho cabeça para isso. Caso alguém da plateia quiser se manifestar, pode se inscrever

SR. DEIVID OTÁVIO NASCIMENTO CORREA: (Pronunciamento em Libras. Interpretação simultânea pela Sra. Alessandra Goulart.) Bom dia a todos.

Agradeço aqui pelo convite para este momento, agradeço pela participação. Nós, da sociedade, estamos há mais de 60 anos – este ano faz 61 anos de história –, e, quando a gente fala do projeto da central, nos traz entender que quebra muitas barreiras, vem diminuindo essas barreiras nesses espaços, mas a gente fica bem admirado. Os surdos, a gente traz uma questão de trajetória de bastante tempo, e uma questão que acho que é não só daqui, mas uma questão nacional, sobre problemas de comunicação. Mas aí a gente fica refletindo, quando a gente realmente está fora do País, quando a gente vai falar em outras línguas, seja ela inglês, francês, espanhol, a necessidade desse intérprete é aceita. Agora, eu, dentro do meu próprio País, tenho que estar questionando e lutando por leis para ter esse intérprete; mas eu estou aqui dentro do meu próprio País. Então há essa reflexão. E aí quando a gente fala da central, dessa conquista da central; a gente tem em torno de 250 sócios; a gente traz um grupo grande da terceira idade, faz essa questão. Todos eles entendem o quanto de alívio traz essa independência, essa autonomia de não ter que estar trazendo amigos, familiares, de ter essa privacidade garantida, esse sentimento de liberdade, onde possam trazer questões íntimas, que não tenham que estar trazendo mais essas dependências que, muitas vezes, são particulares, eles querem trazer questões individuais para alguns espaços que pertencem apenas a eles, e não ter que estar compartilhando com pessoas com que, muitas vezes, eles não querem estar compartilhando. Então é óbvio que a gente traz isso. E, quando penso, realmente, eu torço para que isso aumente a quantidade de horas e seja em torno 24 horas para esse atendimento, porque a gente sabe que tem muito surdo ainda, muitas pessoas que sofrem violência, violência doméstica, inúmeros problemas que têm que ser atendidos em outras horas também. E acho que o principal é estar tendo essas discussões. Acho que é isso, muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Deivid. Outra luta, não é, William? Vinte e quatro horas, finais de semana.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, acho que o momento é oportuno, inclusive, o William está aqui, secretário municipal de desenvolvimento social, e creio que sai daqui uma excelente sugestão. Não há uma necessidade, uma vez que tenha a Central de Intérpretes de Libras, de ter servidores ali disponíveis para poderem dar a orientação adequada. Me parece que há uma lógica nisso, porque, se precisar fazer um PL aqui, nós vamos fazer. Há um percentual de servidores, eu posso estudar o projeto e todo mundo assinar aqui. Nós queremos te ajudar. Porque, queira ou não, o governo, às vezes, implementa a lei, desde que ela exista. E eu acho que aqui tem que ter um número mínimo, um percentual de servidores disponíveis, no mínimo, nessa central. Queria te ouvir sobre isso.

SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL: O vereador tocou em um ponto que, dentro do projeto, já está previsto. Eu estou conversando muito com a Feneis. Lembrando que esse projeto, vereador, não foi algo que eu criei, isso faz parte de uma construção, de uma gestão que já havia; e aí a gente consegue, em cima daquilo, ir melhorando e melhorando. Eu acho que essa tua ideia já está caindo de madura aqui para nós, e nós já estávamos sabendo, em conversas com a própria Feneis, a gente sabe da necessidade, porque posto de saúde, por exemplo, não fecha, não trabalha em horário comercial. Como a pessoa surda que chega para o atendimento vai ser atendida no horário da noite? A gente tem aí o caso do SAMU, que, há pouco, estava promovendo, erradamente, totalmente errada, a questão da acessibilidade. Para aquele atendimento, como é que a gente vai prever o atendimento por uma central de libras? Tem que ter. Não é a acessibilidade do *software*, mas, sim, do intérprete. É como Alessandra falou, ela foi muito feliz quando disse que ela é a ferramenta de comunicação. Então, quando a gente pensa que, na saúde, nós temos alguns protocolos que têm que ser cumpridos, porque não pode ter o atendimento presencial de uma pessoa, só que eles não conseguem... Há uma dificuldade de entendimento de que aquele profissional é a ferramenta, ele não é uma pessoa que vai ter acesso. Como a Alessandra disse, existe todo um regimento dentro da categoria que

prevê a confidencialidade, que prevê vários parâmetros éticos, que não extrapolam as questões éticas também da saúde, porque, se eu preciso de um atendimento presencial de um profissional de intérprete de libras, ainda que o protocolo médico não tenha, vamos supor, em uma internação compulsória, ele tem que dispor da ferramenta. Se não é *online*, tem que ter alguém lá presencial, sim. Ah, porque o celular é perigoso, porque pode servir como uma arma naquele atendimento compulsório com o pessoal com surto psicótico, por exemplo. Bom, não tem as ferramentas, tem que dispor, sim, isso nós chegamos a um consenso. A Geórgia convocou as coordenações da saúde e chegamos a esse entendimento. Muito por conta da articulação da Geórgia, nós conseguimos chegar a esse entendimento, da mesma forma que o próximo projeto – aí nós estamos falando de melhoria –, tem que contemplar isso. Nós temos que inserir o que a saúde está elaborando de norma técnica para contratualizar, para prever que, além do presencial, nós também tenhamos que dispor do 24 horas. Requer incremento no orçamento? Sem dúvida. Eu já estou solicitando, às cegas, 30% de incremento, prevendo as intercorrências do projeto, porque, lá no nosso relatório de intercorrência, tudo isso está computado. A Feneis tem uma organização muito boa nisso aí. Nesse sentido, ela tem feito todos os relatórios de atendimento, inclusive apontamentos de atendimentos que não são do Município, que são do Estado. Numa delegacia, por exemplo, foge da esfera municipal.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Inclusive, tem lei federal de um percentual para os privados. Por exemplo, na PUC, de que eu também sou oriundo, é a obrigatoriedade de tantas pessoas com deficiência para cada 100 servidores. Por que no público não tem? Nós temos que fazer isso.

SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL: Perfeito.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia a todos, presidente, colegas, as pessoas que estão aqui, eu fiquei muito impressionada com os relatos e confesso que surpresa também, surpresa e chocada, porque, na minha concepção, tem que ter, sim, um intérprete presencial, porque não é aceitável. Até anotei aqui para mim. A fim de que haja uma real interação entre o paciente e o profissional médico, é necessário que tenha um intérprete presencial, e não através de tecnologia, por mais que ela seja usada. Mas é um momento muito delicado, quando se trata da saúde então... Eu penso, Oliboni, que a tua ideia de fazermos aqui um projeto, um encaminhamento, seria muito interessante que, através da Comissão de Saúde... Eu considero outra pauta, Alessandra, a tua colocação sobre a valorização desse profissional. E aí, trago para a minha área, por exemplo, eu, como jornalista, tenho uma instituição. Quando eu me sinto desvalorizada, um jornalista ou alguma coisa, eu busco essa instituição. Então, eu acho que cabe e é importante que vocês se dirijam à representatividade, porque vai dar força, vai dar poder para que vocês se façam presentes e sejam valorizados. Esse é um caminho que eu penso ser muito importante, através do sindicato, da instituição responsável. Então, eu queria deixar clara a minha colocação de que não fique só na reunião, mas que fique num encaminhamento, Presidente, que nós possamos fazer um projeto, e que se tem custo é um custo necessário, porque as pessoas têm que ter dignidade, elas têm que se sentir bem atendidas nas unidades de saúde. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Vereadora, o sonho inicial de todos, inclusive da FENEIS, era justamente isso, presencial, entendeu, mas hoje nós temos que levantar as mãos para o céu porque está funcionando dessa forma, e diga se passagem que a FENEIS já está atendendo essa ocorrência que teve lá no PACS, que o servidor não estava preparado, enfim, não sabia da central, e a FENEIS foi lá correndo socorrer, presencialmente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Foi chamada por quem?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Acho que pelo paciente. Já está sinalizada aí essa ampliação de presencial. Vou passar então ao Diego para fazer apresentação dos atendimentos.

SR. DIEGO SILVA DA SILVA: (Pronunciamento em Libras. Interpretação simultânea pela Sra. Pâmela Garcia.) Eu gostaria de cumprimentar a todos que estão presentes aqui, ao vereador, ao pessoal que está aqui também assistindo; tem três pessoas surdas que estão presentes aqui assistindo. (Procede à apresentação de PowerPoint.) Gostaria de trazer algumas coisas sobre o relatório e também trouxe um PowerPoint desde a criação da lei junto com o Ver. José Freitas. São quatro meses de experiência, e nossa, foi um desafio. Todo esse controle também. A gente quantifica mulheres, homens, postos, o acesso ao Tri, trabalho, Sine, saúde, assistência social, conselho tutelar também, CRAS, enfim, diversos atendimentos a gente quantifica, e a maioria são mulheres que nos procuram, que procuram a central, e vocês podem ver, 53,5% e homens 46,5%. E também quanto à idade de quem nos chama, dos atendidos: de 30 a 60 anos, como vocês podem ver, são as pessoas que mais acessam. Os jovens ainda, que tem o recurso tecnológico, vocês podem ver que nos acessam, podem olhar a quantidade. Só pra mostrar para vocês em relação à área de trabalho, conselho tutelar, outros locais também, o Tri, assistência social, e o que mais acessa, o principal, é a saúde. Eu sinto que a questão principal da saúde é porque sempre, por exemplo, de manhã, de tarde, acontece alguma coisa com o surdo, e às vezes até madrugada, de noite, acontece, e para nós acaba sendo difícil. Eu tenho essa responsabilidade do controle, cuido o acesso de quando nos chamam, até porque se tiver algum problema eu já consigo ajustar, e nesses quatro meses eu percebo que, por exemplo, manhã, tarde, no horário que a gente está em atendimento, como o Daivid trouxe... E, sim, tomara que no futuro a gente tenha 24 horas. Então, voltando, eu vejo que à noite sempre estão acessando e solicitando atendimento, só que já está fechada a Central. E aí eu os vejo solicitando, chamam muitas vezes no sábado, no domingo, e isso me dói, me dá vontade de atender, porque esse *tablet*, por onde a gente cuida, pode

ser também um grito de socorro, quando estão chamando. É uma prova que está ali. Então, o principal que me preocupa é a saúde. Já aconteceu a situação do posto da Cruzeiro, e eu me senti muito triste, sim.

Tem dois surdos aqui presentes que têm a experiência na área da psiquiatria, no atendimento nessa área, em que eles tiveram limitações, tiveram muita dificuldade e, hoje, com a Central, trazem que se sentem melhor, sim, e têm muito agradecimento por toda essa luta que foi feita, certo? O Dyonathan está respondendo que sim. E agora o Marcílio também está tendo atendimento intermediado pela Central, com o SUS, e não liberaram o acesso. Não liberaram, não aceitaram, e ele veio, falou das dificuldades dessas limitações, porque precisa do atendimento e da acessibilidade, certo, Marcílio? Sim. É isso. É isso. O principal é a área da saúde. A gente sabe que tem os acessos, trabalho, cine, mas a saúde é muito séria. Por exemplo, a questão do diabetes, como vai detalhar, com o remédio, medicação, e se tiverem errados os horários? Muitas vezes receitam e mandam embora. E o surdo se sente triste, porque ele tem medo de morrer por essa falta de comunicação, por esse problema comunicacional, e eu me preocupo com o futuro. Claro. A Geórgia está sempre nos apoiando, está andando; o William, da mesma forma. Eles me dão essa segurança, mas eu me preocupo com o futuro. Por exemplo, eu idoso, como é que eu vou me comunicar, como vou conseguir? Os recursos tecnológicos são positivos, mas, nos outros países, por exemplo, eu vejo que tem essas intermediações comunicacionais. Aqui no Brasil, a questão tecnológica é muito forte. A gente pode ajudar, *ok*. Eu me sinto orgulhoso porque está acontecendo. Tem os desenvolvimentos legais, das leis, mas aqui, em Porto Alegre, está tendo essa marca, agora, da Central.

Aqui está a listagem dos espaços onde tiveram atendimentos das unidades de saúde, e ali, em relação aos não informados, porque, muitas vezes, o surdo, na urgência, chega lá, mas não consegue detalhar, e o intérprete não consegue perguntar: onde tu estás? Às vezes, a internet está com problema. E eu lembro que tem locais, postos de saúde, por exemplo, que às vezes a internet é um pouco ruim, e a gente não consegue se comunicar bem. Então, precisa muitas

vezes ir presencialmente ou talvez dentro lá da unidade... Claro, a gente está vendo isso. Está ajustando, né, Geórgia? Mas a gente vê como melhorar no computador; daqui a pouco ter ali, junto com o médico, conseguir chamar, via Meet, pode ser. Tem esses recursos e estratégias tecnológicas que a gente vai conseguir adaptar e tem os planos A, B, C e D para a gente conseguir fazer isso certinho.

Em relação aos atendimentos, tem os agendamentos presenciais que vocês veem que não são muitos – porque a gente acaba controlando também, vendo o que realmente é necessário –, a maioria são os virtuais. Mas vocês vão continuar observando.

Em maio, quando iniciou a inauguração da Central, a gente viu que a questão do nome da Central começou a dar essa visibilidade, e começaram a acessar mais. Eu fiquei bastante feliz. Aqui tem algumas fotos de alguns registros para a gente mostrar como, por exemplo, ali foi a noite em que aconteceu essa foto, com o problema da surda, que teve no olho, foi algo urgente. E ela ficou muito apavorada, chamou a central, e aí a Gabriela, que está aqui, aceitou e foi fazer o atendimento à noite, porque a surda estava nervosa, teve um problema e ela não deixava mexerem nos olhos dela, e aí ela ficou com muito medo, ficou com medo de ficar cega e ela não deixava acessar, porque o surdo ele é visual, ele precisa disso. E no outro, o surdo não conhecia libras, ele não sabia libras, faltava talvez um conhecimento, assim, parecia um surdo que ele não conseguia se comunicar. Então, como que a gente fez? A gente chamou uma pessoa surda que consegue ter essa intermediação comunicacional, com um intérprete de libras, português, e aí o que que acontecia? Ela tinha diabetes, estava faltando a medicação, e muitas vezes ela avisou, a médica avisou, e ela não estava conseguindo entender que era diabetes, que era grave o que estava acontecendo - ela poderia vir a morrer. E têm várias situações assim, várias fotos.

Eu espero, sim, que no futuro, com essa luta, claro a gente sabe que é um começo e o começo é difícil, e a gente está dando esse primeiro passo, mas eu espero que a gente alcance essas 24h de atendimento, porque eu vejo ali o telefone tocar e eu me sinto mal, eu me sinto mal porque eu quero ajudar. De

segunda a sexta o horário comercial é difícil. E eu espero que Deus veja e nos ajude a conseguir esse avanço para comunidade surda ter a sua independência e a gente conseguir alcançar. Agradeço a todos pela atenção.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito bem, eu gosto sempre de salientar que o Diego é suplente meu e de Ver. Alvoni, aqui na Câmara de Vereadores, e eu vou até dizer uma coisa, Ver. Alvoni, o Diego só não assumiu aqui ainda porque a nossa primeira suplente não deixa - a nossa primeira suplente até judicializou, para você ter uma ideia, porque eu queria que todos suplentes assumissem, o Diego é um deles, e ela não deixa assumir, enfim, até judicializou. Mas é uma luta nossa aqui, é um desabafo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Assumiu, sim, ela e assumiu outro. E quando assumiu o outro ela judicializou e trancou tudo, ela não deixa. E vejo como é importante ter uma pessoa com deficiência aqui na Câmara. Então vamos lutar, Diego, vamos lutar para você ter uma cadeira aqui futuramente.

SRA. DYONATHAN SOARES VIEIRA: (Pronunciamento em Libras. Interpretação simultânea pela Sr.^a Alessandra Goulart.): Bom dia, eu queria trazer um pouco da minha experiência, eu estive na área da psiquiatria, algum tempo e durante um período, mais ou menos, três anos eu estive assistida pelo CAPS, e nesse período não tinha intérprete, três anos atrás, mais ou menos, e foi bem complicado, foi uma tentativa de conversas tipo por estratégia de escrita, mímica, porque não tinha acessibilidade nessa época, e foi bem complicado. Então eu não tive um atendimento acessível nesse tempo, e agora depois da CIL que eu fui atendido novamente, eu queria que vocês entendessem como pra mim isso foi satisfatório, o que me deu esse conforto não só da questão da língua, mas de eu conseguir entender e me sentir realmente atendida por essa equipe médica. Eu agradeço muito a CIL por isso. É isso, gente, obrigado.

SR. CARLOS ALBERTO GOES: (Pronunciamento em Libras. Interpretação simultânea pela Sr.^a Alessandra Goulart.) Bom dia, eu vejo esse momento, eu agradeço a todos estarem aqui e eu fico vendo isso, eu agora me sinto feliz, sim, porque eu vejo em vocês essa discussão, essa preocupação, essa pauta estar estabelecida, e vejo que vocês tratam isso como assunto sério. E por anos, anos, a gente traz essas discussões, essa luta por direitos, eu trabalho na FENEIS há muitos anos e a gente sabe todas as dificuldades e isso não é fácil, porque nem todos conhecem essas discussões. Tipo, antes nem se falava do intérprete por exemplo, antigamente, na minha época, nem lei tinha, essas questões foram construídas. E aí foram implementadas e hoje é um alívio melhor, a gente entende que as coisas estão mais assistidas. Toda minha família, por exemplo, é constituída por surdos e aí como é que a gente fala sobre o processo de ligação? Como é que entra em contato com esses espaços, com os médicos, com os clínicos. A minha esposa, inúmeras vezes, por exemplo, utiliza o CIL, Gabriela, Alessandra, o CIL em si. Isso, para mim, vocês não têm noção da tranquilidade e do conforto que isso me traz, quanto a essa preocupação. Só que eu penso sobre nós e imagina quantos surdos ainda precisam desse serviço. Eu tive que fazer uma ponte de safena um tempo atrás e, nesse período, imagina, a enfermeira, daquela época, sabia um pouco de Libras e isso para mim foi a minha salvação, porque, daí, ela traduzia para mim quando eu estava fazendo este processo da ponte de safena e tudo mais e aí a gente conseguiu se comunicar. Agora, neste espaço tinha, imagina eu fazer uma cirurgia dessa gravidade num espaço que eu não tinha essa informação. Isso eu estou falando de mim, agora imagina os outros que precisam, é necessário ter esse profissional. Então, eu vendo tendo este movimento, traz, sim, um conforto e uma tranquilidade. Eu agradeço a vocês e o serviço que vocês estão fazendo, muito obrigado. Imagina o Sr. José Freitas trazer isso, a gente sabe quantos serviços já vinham trazendo, quantas lutas e, aí, estar aqui agora. Algumas pessoas já cansam de me ver, sabem que estou nestes movimentos. Um outro vereador também, que hoje é deputado, a gente está sempre tentando articular politicamente e a gente sabe que isso é difícil, a gente sabe que isso é uma luta

constante e ver que estou aqui resistente nesta luta. Parabéns para você, parabéns por estar conosco.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Sr. Sandro Cyntrão está com a palavra.

SR. SANDRO CYNTRÃO: Bom dia. Sou colega da Georgia, trabalho na diretoria da Atenção Primária, faço uma assessoria à extensão à saúde pública em todos os seus segmentos. Parabenizo o William e a Georgia e cumprimento vocês, vereadores, por mais este ato, já participei de algumas reuniões aqui. Eu não tenho muito envolvimento com a causa, mas a gente se sensibiliza por estar trabalhando na área da saúde. Há pouco tempo estava no Chile e vi a dificuldade que eu tive de comer no Chile, de me deslocar no Chile, imagina hoje, dentro da nossa cidade, uma pessoa com surdez pegar um táxi e poder dizer o seu destino, poder dizer para a Brigada Militar, qual foi o problema que teve, ou para EPTC. Então fica aqui a minha provocação para que a gente estenda este projeto, para que tenha, daqui a pouco, dentro da viatura da EPTC um QR Code para que também possa acessar, assim como acesso à saúde, na Brigada Militar, no táxi, no restaurante, usar esta tecnologia, mesmo que a parte presencial seja muito importante, mas usar já a tecnologia que a gente tem, que já é um avanço, para poder atender o público. Era isso que eu tinha para compartilhar com vocês.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Bom dia a todos. É um prazer estar aqui nesta comissão e, como presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, também fiz, em 2019, ao governo passado, uma indicação da criação da Central de Libras, e a gente sabe a grande importância – não é, Diego? – de ter o atendimento em todas as áreas da cidade e não apenas na saúde. Também existe nas outras áreas, mas, como o Diego falou, a gente fica angustiado, porque a gente vê a necessidade desse público e, às vezes, eles não conseguem expressar o que estão sentindo e não conseguem se comunicar.

Então, parabéns, Ver. Freitas! Parabéns à comissão! E parabéns ao trabalho que a Feneis tem prestado à comunidade surda de dar essa assistência. E, como o Diego falou, ele fica angustiado de querer ajudar e, às vezes, não poder. Então, pode contar também com a frente parlamentar, que é para as pessoas com deficiência. A frente não é minha, quando nós a criamos e abrimos, foi pensando na população, pensando naquelas pessoas que vão utilizar a frente parlamentar, que vão buscar, através da frente, o apoio, a ajuda, o auxílio e o que nós podemos fazer também para apoiá-las. Então, conte comigo, conte com a minha assessoria, conte com meu gabinete, ali, a sala 205. Estamos à disposição sempre. Que Deus abençoe a todos!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Alvoni. Ver.^a Lourdes.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Bom dia a todos, aos colegas de Mesa, a todos participantes aqui dessa importante pauta, desse trabalho que o Ver. Freitas iniciou. A gente sabe de toda luta do vereador. Para chegar até a institucionalização, secretário, são muitas portas para abrir, muitas reuniões, e é um projeto-piloto. É lógico que, hoje, subsidiou-se muito, inclusive, nos atualizou sobre o mundo de vocês, saber essa necessidade de inclusão, essas dificuldades de atendimento na saúde. Mas tudo isso está iniciando, e a gente tem certeza de que, com o secretário, aqui, parceiro e nós parceiros dos projetos do Ver. Freitas, na Câmara, não vão ter problema as sugestões de novos projetos. A regularização da profissão é um caminho longo, mas não é impossível. Tem também toda uma escalada de normativas, de tratativas com os órgãos respectivos, e era isso. Uma boa pauta, sensibiliza saber da realidade, e sabemos que isso aqui, essa agenda vai dar visibilidade para a sociedade, e a sociedade tem que conhecer para auxiliar. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Lourdes. Bom, acho que a luta continua, William, Diego, Alessandra, Deivid. A luta continua! Quero agradecer a presença de todos e dizer que estaremos lutando, Diego, para ter a

Feneis funcionando 24 horas, como o governo já está sinalizando, e presencial também, na medida do possível. E, se tivermos que ver a questão orçamentária aqui pela Câmara, enfim, a gente se coloca à disposição, porque onde tem implementação tem que ter implementação de orçamento também. Muito obrigado pela presença de todos. E esta Câmara Municipal está à disposição de todos. Um forte abraço. Que Deus abençoe! Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h20min.)

TEXTO SEM REVISÃO